



BOLETIM DA REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

3.º SUPLEMENTO

IMPRENSA NACIONAL DE MOÇAMBIQUE

AVISO

A matéria a publicar no «Boletim da República» deve ser remetida em cópia devidamente autenticada, uma por cada assunto, donde conste, além das indicações necessárias para esse efeito, o averbamento seguinte, assinado e autenticado: Para publicação no «Boletim da República.»

SUMÁRIO

Assembleia da República:

Comunicado

Concerne ao preenchimento da vaga deixada pela senhora Deputada Margarida Joaquim Mlauzi pela senhora Deputada Suplente Angelina Ernesto Namoto.

Conselho de Ministros:

Decreto nº 16/2005:

Aprova o Regulamento de Comercialização de Produtos Minerais.

Decreto nº 17/2005:

Aprova o Estatuto do Fundo de Fomento Mineiro.

Decreto nº 18/2005:

Cria o Instituto Nacional de Inspecção do Pescado e aprova o respectivo Estatuto Orgânico.

Primeira-Ministra:

Diploma nº 1/2005.

Aprova o Estatuto Orgânico do Gabinete do Primeiro-Ministro.

Despacho

Adjudica à Vision 2000, a aquisição de 80% do Património líquido da SOMECE.

Ministério do Interior:

Diploma Ministerial nº 134 /2005.

Concede a nacionalidade moçambicana, por naturalização, a Aboobakar Esmail Sarif.

Diploma Ministerial nº 135 /2005.

Concede a nacionalidade moçambicana, por naturalização, a Halima Ahmad.

Diploma Ministerial nº 136 /2005.

Concede a nacionalidade moçambicana, por reacquirição, a António Agostinho Dias Maranhão.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comunicado

Tendo falecido a Senhora Deputada Margarida Joaquim Mlauzi e por consequência cessado o seu mandato, nos termos da alínea e) do artigo 5 do Estatuto do Deputado, aprovado pela Lei nº 3/2004, de 21 de Janeiro;

Ao abrigo dos nºs 1 e 2 do artigo 12 do Diploma Legal supracitado, comunico que:

A vaga verificada é preenchida pela Senhora Deputada Suplente Angelina Ernesto Namoto com efeitos a partir do dia 17 de Maio de 2005.

Publique-se.

Maputo, 25 de Maio de 2005. — O Presidente da Assembleia da República, *Eduardo Joaquim Mulémbwè*.

CONSELHO DE MINISTROS

Decreto nº 16/2005

de 24 de Junho

Havendo necessidade de regulamentar a comercialização de produtos minerais, ao abrigo do número 2 do artigo 26 da Lei nº 14/2002, de 26 de Junho, o Conselho de Ministros decreta:

Artigo. 1-1. É aprovado o Regulamento de Comercialização de Produtos Minerais, em anexo, que faz parte integrante do presente Decreto.

2. Estão excluídos do âmbito do presente Regulamento os Minerais Radioactivos.

Art. 2. A exportação de amostras de produtos minerais com vista à realização de testes, análises ou promoção comercial carece de prévia autorização do Ministro que superintende a área dos Recursos Minerais ou a quem este delegar tal competência.

Art. 3. Aos titulares da licença de comercialização que à data da entrada em vigor do presente Regulamento se dediquem a comercialização de produtos minerais ao abrigo de Licença de comercialização, é concedido o prazo de cento e oitenta dias a partir da data de publicação do presente Regulamento para regularizarem os seus direitos e deveres ao abrigo da respectiva Licença de Comercialização.

Art. 4. É revogado o Regulamento de Comercialização de Minerais e Metais Preciosos aprovado pelo Decreto nº 31/95, de 25 de Julho.

Aprovado pelo Conselho de Ministros.

Publique-se.

A Primeira-Ministra, *Luísa Dias Diogo*.

Regulamento de Comercialização de Produtos Minerais

CAPÍTULO I

Disposições Preliminares

ARTIGO 1

Definições

Para efeitos do presente Regulamento, as expressões seguintes têm o sentido adiante indicado, salvo se o contexto em que se inserem exigir sentido diferente:

- a) Amálgama de Ouro — significa material aurífero obtido através da utilização de mercúrio para a sua concentração;
- b) Amostra Museológica — significa um espécime que, pelo seu interesse científico ou didáctico seja merecedor de colecção pública ou privada;
- c) Área de Operação — significa Área definida na licença de comercialização ou título mineiro em relação à qual se aplicam as disposições do presente Regulamento, que pode ser distrital, provincial ou nacional;
- d) Concentrado de Ouro — significa material aurífero concentrado por processos físicos, incluindo pepitas, contendo uma percentagem variável de impurezas;
- e) Fóssil — significa resto ou vestígio de animais ou vegetais de épocas passadas que aparecem conservadas nas rochas cuja formação tenha sido contemporânea deles;
- f) Licença de Comercialização de Classe I — significa o título que confere ao seu detentor o direito de compra de produtos minerais, para seu uso na manufacturação de produtos de ourivesaria;
- g) Licença de Comercialização de Classe II — significa o título que confere ao seu detentor o direito de compra de produtos minerais a produtores artesanais e sua posterior venda a outros operadores mineiros ou a entidades públicas ou privadas;
- h) Licença de Comercialização de Classe III — significa o título que confere ao seu detentor o direito de compra e venda de produtos minerais incluindo a sua refinação;
- i) Materiais de Construção — significa substâncias minerais de ocorrência comum utilizadas na indústria de construção conforme o Anexo III ao presente regulamento;
- j) Minerais Industriais — significa substâncias ou produtos minerais utilizados na indústria com excepção dos produtos minerais radioactivos, conforme o anexo III;
- k) Minerais Preciosos ou Semipreciosos — o mesmo que gemas, pedras preciosas ou semipreciosas, significa quaisquer substâncias minerais que pela sua beleza, cor, raridade e dureza são utilizadas para fins ornamentais e inclui: diamante, rubi, safira, esmeralda e diferentes variedades de berilo nobre águas marinhas, heliodoro, goshenite, morganite, bixbita, turmalinas, granadas topázio, opala, espinela, kunzite, hidenite, iolite, amazonite, crisoberilo, quartzo cristal, ametista, citrino, crizoprásio, denticite, ágata, jaspe, opala, jadeite, epídoto, zoisite, zircão, pedra-da-lua, redocrisite, rodonite, turqueza, lazurite, sodalite e demais variedades destes minerais;
- l) Metais preciosos — significa ouro, prata, platina, paládio, rádio, ósmio, ruténio, e suas combinações ou ligas;
- m) Minerais Radioactivos — São quaisquer minerais que contenham elementos radioactivos na sua composição, cujos níveis de detecção se revelem perigosos à saúde humana;
- n) Operador de comercialização — significa qualquer pessoa autorizada, nos termos do presente Regulamento, a exercer a actividade de compra e venda de produtos minerais;
- o) Ouro Puro — significa material aurífero obtido com 99,9 % de pureza;
- p) Ouro Refinado — significa material aurífero obtido através de processos de concentração física ou química e posteriormente submetido a um processo de fundição;
- q) Produto mineral ou minério — significa minério extraído da terra com ou sem tratamento ou processamento, conforme o Anexo III ao presente regulamento;
- r) Rochas Ornamentais — significa produtos minerais comercialmente valiosos que, pelas suas características físico-químicas e de beleza, podem ser aplicadas para fins ornamentais, na indústria de construção;

ARTIGO 2

Âmbito

1. O presente Regulamento aplica-se à comercialização de produtos minerais exercida por pessoas singulares e colectivas nacionais.
2. Para efeitos do presente diploma legal, consideram-se pessoas nacionais:
 - a) As pessoas singulares de nacionalidade moçambicana.
 - b) As pessoas colectivas nacionais legalmente constituídas em Moçambique, sendo nacional a maioria do respectivo capital.
3. A comercialização de produtos minerais é permitida a pessoas singulares e colectivas titulares de concessão mineira, certificado mineiro e senha mineira, quando proveniente da sua produção, nos termos da legislação mineira.
4. Estão excluídos do âmbito do presente Regulamento os Minerais Radioactivos.

ARTIGO 3

Competências

1. Compete ao Ministro que superintende a área dos Recursos Minerais atribuir a licença de comercialização, bem como praticar os actos e demais diligências que lhe são cometidos pelo presente Regulamento.
2. Compete ao Banco de Moçambique, na qualidade de autoridade cambial, exercer os actos referidos nos nºs 2 e 3 do artigo 17 do presente Regulamento.

ARTIGO 4

Instrução do Pedido

1. As pessoas singulares e colectivas que pretendam exercer o comércio de produtos minerais deverão requerer a respectiva Licença ao Ministro que superintende a área dos Recursos Minerais.
2. O requerimento deve conter as seguintes informações:
 - a) Identificação completa do requerente incluindo no caso de pessoas colectivas a identificação dos sócios e a distribuição do capital social;

- b) Indicação da classe de licença ou área de operação pretendida;
- c) Indicação dos produtos minerais a comercializar;
- d) Programa de comercialização que deve incluir os recursos técnicos, financeiros e meios humanos a empregar em tal actividade;

3. No caso de pessoa colectiva ou sociedade, para além da informação indicada no nº 2 do presente artigo, o requerimento de licença de comercialização deverá ser acompanhado dos seguintes elementos:

- a) Termo de responsabilidade da empresa relativamente a cada empregado que pretenda inscrevê-lo como operador de comercialização;
- b) Procuração autorizando o mandatário a tratar do pedido da licença; e
- c) Cópia do *Boletim da República* no qual foram publicados os estatutos da mesma.

ARTIGO 5

Tramitação

1. O pedido de licença de comercialização deve ser submetido na Direcção Nacional de Minas ou Direcção Provincial com jurisdição sobre a área de operação solicitada, a quem competirá organizar o respectivo processo.

2. No acto da recepção do pedido de licença de comercialização, a Direcção Nacional de Minas ou Direcção Provincial respectiva deverá efectuar o devido registo, entregando-se ao requerente o respectivo comprovativo contendo a data de recepção e a assinatura do funcionário que o tiver recebido.

3. A Direcção Nacional de Minas ou Direcção Provincial respectiva, deverá, dentro de cinco dias da data de recepção, notificar por escrito o requerente caso o pedido contenha erros ou omissões, devendo o interessado, no prazo máximo de dez dias da notificação, satisfazer a solicitação, findo o qual o pedido será considerado nulo e de nenhum efeito.

4. Compete à Direcção Provincial respectiva remeter à Direcção Nacional de Minas os pedidos de Licença que estejam em conformidade com os requisitos legais e emitir um parecer sobre os mesmos quanto à área solicitada, a ocorrência do mineral, o número de operadores existentes na área bem como outros aspectos que entender relevantes.

5. Em caso de o pedido de licença de comercialização dar entrada na Direcção Nacional de Minas, esta coordenará com a Direcção Provincial respectiva para a obtenção de informação quanto à área de operação solicitada e outra informação que se achar necessária.

ARTIGO 6

Taxa de processamento

1. O processamento do pedido de licença de comercialização, está sujeito ao pagamento de uma taxa de 1 500 000,00 meticais (um milhão e quinhentos mil meticais).

2. A taxa referida no número anterior poderá ser revista por Diploma Ministerial conjunto dos Ministros que superintendem as áreas das Finanças e dos Recursos Minerais.

ARTIGO 7

Decisão sobre o pedido

1. Dentro de trinta dias após a recepção do pedido da licença, a Direcção Nacional de Minas ou Direcção Provincial respectiva submetê-lo-á ao Ministro para decisão.

2. O Ministro deverá tomar a decisão dentro de 15 dias a contar da data da sua submissão.

3. A comunicação da decisão sobre o pedido será feita por escrito no prazo de dez dias úteis a contar da data do despacho.

4. A decisão de indeferimento deve ser devidamente fundamentada.

5. Em caso de indeferimento do pedido por o mesmo não reunir os requisitos para o efeito estabelecidos, o interessado poderá apresentar novo pedido.

6. O indeferimento do pedido da licença deve ser fundamentado e ocorrerá sempre que o requerente:

- a) Seja incapaz, nos termos da lei;
- b) Esteja envolvido em operações ilícitas de comercialização de produtos minerais ou exercício de actividade mineira ilegal;
- c) Tenha sido condenado judicialmente por prática de crime a que caiba pena de prisão maior ou;
- d) Tenha prestado falsas declarações ou fornecido informação falsa no acto de registo.

ARTIGO 8

Taxas de comercialização

1. O titular de licença de comercialização pagará anualmente na Direcção Nacional de Minas ou na Direcção Provincial respectiva uma taxa de comercialização por cada operador de comercialização, os seguintes montantes:

- a) 10 000 000,00 (dez Milhões de Meticais) para a classe I
- b) 15 000 000,00 (quinze Milhões de Meticais) para a classe II
- c) 25 000 000,00 (vinte e cinco milhões de Meticais) para a classe III

2. O pagamento da taxa referida no número anterior será efectuado no primeiro ano, no acto do levantamento da licença e nos anos subsequentes no aniversário da data da sua emissão.

3. O não pagamento da taxa de comercialização constitui fundamento para a revogação da respectiva licença.

4. As taxas referidas no número 1 do presente artigo poderão ser revistas periodicamente por Diploma conjunto dos Ministros que superintendem as áreas das Finanças e dos Recursos Minerais.

ARTIGO 9

Prazo da licença

A Licença de Comercialização terá a validade de cinco anos, prorrogáveis por igual período, em conformidade com o disposto no artigo 14 do presente Regulamento.

ARTIGO 10

Forma e Conteúdo da Licença

1. A Licença de Comercialização terá a forma constante no Anexo I, que poderá ser alterada por despacho do Ministro que superintende a área dos recursos minerais.

2. A licença deverá conter os seguintes elementos:

- a) Classe da licença;
- b) Nome e endereço do titular;
- c) Número e data de emissão da licença;
- d) Entidade que emitiu a licença;
- e) Prazo de validade;

- f) Designação dos produtos minerais abrangidos pela licença;
- g) Taxa devida pela atribuição da licença;
- h) Outros termos e condições que se mostrarem apropriados.

ARTIGO 11

Distribuição da licença

A licença de comercialização é emitida em triplicado, sendo o original entregue ao respectivo titular, uma cópia para a Direcção Provincial respectiva, ficando a outra arquivada na Direcção Nacional de Minas.

ARTIGO 12

Direitos do titular da licença

1. A licença de comercialização confere ao seu titular o direito de exercer a actividade de comercialização de produtos minerais especificados na licença.
2. A licença de comercialização não confere ao seu detentor, direitos exclusivos de comercialização.
3. Para efeitos de exportação, a licença de comercialização não dispensa a obtenção, pelo titular, da respectiva licença de exportação junto da entidade competente.

ARTIGO 13

Obrigações do titular da licença

1. Constituem obrigações do titular de licença de comercialização:
 - a) Possuir controlo sobre a actuação dos operadores mineiros registados ao abrigo da sua licença;
 - b) Entregar o Cartão do Operador mineiro que tenha deixado de operar ao abrigo da sua licença;
 - c) Pagar a taxa anual de comercialização efectuada pelo titular da licença ou pelos seus operadores;
 - d) Fornecer informação anual sobre as operações de compra e venda realizadas durante o ano;
 - e) Fornecer cópia da licença de comercialização ao chefe do posto administrativo da área em que a comercialização se realiza; e
 - f) Garantir que o seu operador não realize actividade de comercialização em áreas cobertas por títulos mineiros válidos.
2. O titular da licença de comercialização é responsável pelas operações mineiras realizadas pelos operadores registados ao abrigo da respectiva licença.

ARTIGO 14

Prorrogação

1. O titular da licença pode, até sessenta dias antes do termo da licença, requerer ao Ministro a prorrogação da respectiva licença.
2. Em caso de o pedido ser submetido com antecedência inferior ao prazo estabelecido no número anterior, o titular fica sujeito ao pagamento do dobro da taxa de processamento fixada no artigo 6 do presente Regulamento
3. A prorrogação da licença será concedida desde que estejam cumulativamente reunidos os seguintes requisitos:
 - a) O titular tenha cumprido as suas obrigações ao abrigo da licença;

- b) O titular apresente o relatório de actividades desenvolvidas em conformidade com o programa de comercialização dos produtos minerais aprovado pelo Ministério; e
- c) Não se verifique nenhuma situação de incumprimento.

ARTIGO 15

Transmissão

1. Qualquer acto ou negócio jurídico entre vivos que implique a transmissão ou qualquer forma de alienação da licença carece de autorização do Ministro que superintende a área dos Recursos Minerais.
2. O pedido de transmissão ou alienação de licença deverá:
 - a) Conter as formas e condições da transmissão ou alienação;
 - b) Vir acompanhado de cópia autenticada do instrumento através do qual se pretende operar a transmissão ou alienação; e
 - c) Vir acompanhado duma declaração do cessionário manifestando a sua aceitação dos termos e condições da licença bem como de elementos que provém a sua capacidade jurídica.
3. Em caso de morte do titular, a transmissão só será efectuada se o sucessor, no prazo de noventa dias ou outro prazo aprovado pelo Ministro, apresentar, para além dos elementos referidos no número anterior, uma certidão de óbito do titular e prova da sua capacidade sucessória.

ARTIGO 16

Extinção da licença

1. A licença de comercialização extingue-se por:
 - a) Caducidade;
 - b) Revogação;
 - c) Renúncia;
 - d) Falta de pagamento da taxa de comercialização.
2. A licença caduca quando haja decorrido o prazo de sua validade ou quando o seu não efectuar o registo do operador de comercialização no prazo de trinta dias a partir da data da sua emissão.
3. O Ministro poderá revogar a licença quando o titular ou seu mandatário viole quaisquer disposições da Lei de Minas e seus regulamentos, e quaisquer termos e condições da respectiva licença, ou quando se registre reincidência no incumprimento do estabelecido na alínea f) do nº1 do artigo 13.
4. O Ministro poderá ainda revogar a licença quando, após investigação das actividades do titular, se constatar que:
 - a) Existam provas de o titular ou seu mandatário estarem ou terem estado envolvidos em operações ilícitas de comercialização de produtos minerais em contravenção ao presente Regulamento ou outra legislação aplicável;
 - b) O titular ou operador de comercialização tenha sido condenado por prática de crime a que caiba pena de prisão maior;
 - c) O titular ou operador de comercialização esteja associado a elementos envolvidos no tráfico ilegal de produtos minerais ou outras actividades ilegais;
 - d) O titular ou operador de comercialização tenha prestado falsas declarações ou fornecido falsa informação para a obtenção da Licença.
5. O Ministro suspenderá a licença, quando tenha havido, em relação ao titular, operador de comercialização ou mandatário, pronúncia de prática de crime a que caiba pena maior, enquanto não houver despronúncia ou absolvição por decisão transitada em julgado.

6. A renúncia verifica-se quando o seu titular manifestar o desejo de terminar a licença, devendo, com antecedência de trinta dias, informar, por escrito, a Direcção Nacional de Minas de tal intenção.

7. A revogação prevista no presente artigo será feita por despacho do Ministro, fixando um prazo a partir do qual a revogação torna-se efectiva, a qual não deverá ser inferior a sessenta nem superior a noventa dias a contar da data do pré-aviso.

8. Decorrido o prazo fixado no número anterior, o titular ou seu mandatário não deverá realizar quaisquer operações de compra e venda de minerais ou metais preciosos, competindo ao Ministro autorizar casuisticamente a finalização de quaisquer negócios em curso na data da notificação.

9. A extinção da licença não exonera o seu titular de cumprir as obrigações em relação ao Estado ou a terceiros, existentes à data da extinção da licença.

ARTIGO 17

Comercialização de produtos minerais

1. Os operadores de classe III que comercializem ouro poderão celebrar com refinaria de sua escolha um contrato de refinação de ouro (contrato de refinação) que regulará, entre outros, os termos e condições de refinação e pesagem, as modalidades de transporte e seguro e as formas de pagamento.

2. Compete ao Banco de Moçambique como autoridade cambial, aprovar o contrato de refinação referido no número anterior fixando os termos e condições de refinação dos metais preciosos bem como o destino a dar aos mesmos.

3. O Banco de Moçambique poderá fixar a quantidade dos metais preciosos que se destinem a:

- a) Reserva do Estado ou
- b) Comercialização interna.

CAPÍTULO II

Comercialização

ARTIGO 18

Registo de operador de comercialização

1. O início da comercialização de produtos minerais ao abrigo da licença de comercialização está sujeito ao registo prévio do operador.

2. Compete ao Director Nacional de Minas, autorizar ou recusar o registo de operador de comercialização para as licenças de comercialização das classes II e III.

3. Compete ao Director Provincial respectivo, autorizar ou recusar o registo de operador de comercialização para a licença de comercialização da classe I.

4. A recusa do registo de operador mineiro deve ser fundamentada e ocorrerá sempre que o operador proposto:

- a) Seja incapaz nos termos da lei;
- b) Esteja envolvido em operações ilícitas de comercialização de produtos minerais ou exercício de actividade mineira ilegal;
- c) Tenha sido condenado judicialmente por prática de crime a que caiba pena de prisão maior ou;
- d) Tenha prestado falsas declarações ou fornecido informação falsa no acto de registo.

5. O boletim de registo do operador mineiro deve conter:

- a) O nome do operador e endereço completo;
- b) O número, área de operação, data e validade da licença de comercialização ao abrigo da qual o operador é registado;
- c) A designação do produto mineral objecto de comercialização.

ARTIGO 19

Emissão e entrega do cartão do operador de comercialização

1. Após o registo do operador mineiro na Direcção Nacional de Minas ou Direcção Provincial respectiva, proceder-se-á à emissão e entrega do cartão de operador ao interessado.

2. O cartão de operador terá a forma constante no Anexo II ao presente Regulamento.

ARTIGO 20

Prazo de validade do cartão do operador de comercialização

1. O cartão do operador tem a validade de um ano estando a sua renovação condicionada ao pagamento das taxas de comercialização da respectiva licença de comercialização nos termos do artigo 8 do presente Regulamento.

2. O prazo de validade do cartão do operador não poderá exceder o da respectiva licença de comercialização.

ARTIGO 21

Intransmissibilidade do cartão de operador

O cartão de operador de comercialização de produtos minerais é intransmissível.

ARTIGO 22

Intransmissibilidade e extinção do cartão de operador de comercialização

1. O cartão de operador extingue-se verificados os seguintes factos:

- a) Sua caducidade;
- b) Apreensão do mesmo por exercício da actividade fora da área de operação;
- c) Renúncia da actividade por parte do titular da respectiva licença ou do operador de comercialização;
- d) Morte do respectivo operador;
- e) Extinção da respectiva licença, nos termos do artigo 16 do presente Regulamento.

3. A apreensão do cartão de operador nos termos da alínea b) do número anterior não implica a revogação da respectiva licença, se se verificar que o titular da licença não teve nenhum envolvimento culposos ou negligente no facto que determinou a apreensão do cartão.

ARTIGO 23

Extravio da licença e/ou cartão do operador de comercialização

1. Verificando-se o extravio da licença de comercialização ou do cartão de operador, o interessado dará imediato conhecimento, à Direcção Nacional de Minas ou à Direcção Provincial dos Recursos Minerais da área de operação.

2. Ponderadas as circunstâncias em que o extravio referido no número anterior tiver ocorrido, poderá ser emitida a segunda via do mesmo, sendo o período de validade coincidente com a do documento extraviado.

ARTIGO 24

Registo das operações de comercialização

1. O titular da licença ou título mineiro, deverá, trimestralmente preencher, em triplicado, um boletim de registo de compra e venda conforme o modelo para o efeito estabelecido e que constitui Anexo III ao presente Regulamento.

2. O boletim de registo de compra e venda deverá indicar:

- a) O nome do comprador;
- b) O número, classe e validade da licença de comercialização ou o número do título mineiro; conforme o caso;
- c) A área de operação;
- d) O peso, valor e discriminação dos minerais ou metais preciosos;
- e) A zona de proveniência do mineral ou metal precioso.

3. O original do boletim referido nos números anteriores, deverá ser mantido pelo titular por um período mínimo de cinco anos, duas cópias serão apresentadas a Direcção Nacional de Minas.

4. A não indicação dos dados acima indicados constitui fundamento para a recusa do reconhecimento e autenticação referida no nº 2 do artigo 28 do presente Regulamento ou da correspondente guia de circulação.

ARTIGO 25

Posse e circulação

1. Os operadores deverão registar os minerais adquiridos junto das representações ou serviços do Ministério dos Recursos Minerais mais próximos onde receberão a correspondente guia de circulação, em duplicado, sendo:

- a) O original mantido pelo operador acompanhando os minerais;
- b) Uma cópia entregue à Direcção Provincial respectiva ou aos Serviços Provinciais respectivos; e
- c) Outra cópia entregue à Direcção Nacional de Minas.

2. Uma vez reconhecidos e autenticados pela representação mais próxima do Ministério dos Recursos Minerais, os registos referidos no artigo 24 serão aceites como guias de circulação válidos.

3. Os minerais com valor comercial que forem encontrados na posse de qualquer pessoa, em encomendas postais, bagagem acompanhada ou não acompanhada que não tiverem a correspondente guia de circulação serão apreendidos e revertidos a favor do Estado sem prejuízo do disposto no nº 4 do artigo 26, ou de quaisquer procedimentos criminais.

4. Nos portos, aeroportos, postos fronteiriços e demais zonas de trânsito de mercadorias de e para fora do país as autoridades aduaneiras, policiais bem como inspectores do Ministério dos Recursos Minerais, devidamente credenciados, poderão sempre que se mostrar necessário, proceder à inspecção de quaisquer embalagens, bagagens bem como de quaisquer veículos de transporte e poderão:

- a) Sellar e marcar qualquer embalagem ou conteúdo de passagem ou despachados para exportação que estiver na referida área ou veículo;
- b) Revistar ou mandar revistar qualquer passageiro, tripulante e quaisquer pessoas que pretendam embarcar nos navios, aeronaves ou outros meios de transporte;
- c) Embarcar e revistar qualquer tipo de barco, comboio ou aeronave onde se suspeite e existirem minerais a serem transportados ilegalmente.

5. Exceptuam-se das disposições deste artigo as autoridades que por lei estão isentas de revisão das suas bagagens.

6. A posse legal de produtos minerais importados será atestada pelas respectivas autorizações de importação passadas pelas entidades competentes.

7. As colecções privadas de espécimes mineralógicas, minerais ou metais preciosos deverão estar registadas no Museu Nacional de Geologia e os proprietários deverão manter os documentos que confirmem a sua posse legal assim como um inventário actualizado dos mesmos onde conste para cada mineral:

- a) Identificação;
- b) Classificação;
- c) Peso;
- d) Valor.

8. As guias de circulação, em território nacional, das colecções a que o número anterior se refere, são emitidas pela Direcção Nacional de Geologia, a quem igualmente compete certificar o valor das referidas colecções, para efeitos de exportação.

ARTIGO 26

Informações e relatórios

1. O titular da licença de comercialização apresentará por escrito, junto à Direcção Nacional de Minas e cópia à Direcção Provincial da respectiva área de operação até ao dia 5 do mês seguinte ao trimestre a que diz respeito, relatórios e informações trimestrais sobre as transacções efectuadas no período.

2. Até ao dia 31 de Janeiro de cada ano o titular da Licença de Comercialização prestará à Direcção Nacional de Minas ou à Direcção Provincial respectiva por escrito, as seguintes informações, relativas ao ano anterior:

- a) O volume das transacções efectuadas, nomeadamente as quantidades de minerais comprados, o respectivo valor e, no caso do ouro, o preço médio de compra, no período, e o conteúdo médio de Ouro e prata;
- b) As estimativas de compras e vendas para o ano em curso.

CAPÍTULO III

Infracções e multas

ARTIGO 27

Inspeção e fiscalização

A actividade de comercialização de produtos minerais está sujeita à inspecção e fiscalização, nos termos da Lei.

ARTIGO 28

Infracções diversas

1. Será punido com uma multa de 5 000 000,00MT a 10 000 000,00 MT aquele que:

- a) Obstruir ou embaraçar sem justa causa, a fiscalização da actividade de comercialização;
- b) Falsificar ou ajudar a falsificar amostras de minerais com o intuito de enganar o Estado ou terceiros;
- c) Não prestar as informações exigidas ao abrigo do artigo 26, do presente Regulamento.

2. A Comercialização ilegal de produtos minerais cujo valor seja inferior a 5 000 000,00 MT será punida com uma multa de 10 000 000,00 MT e, nos restantes casos, com uma multa igual ao triplo do valor dos produtos apreendidos.

ARTIGO 29

Destino das multas e dos minerais apreendidos

1. Os valores das multas referidas no artigo anterior serão assim distribuídos:


- a) 40% para o Estado;
- b) 60% para o Fundo de Fomento Mineiro para a promoção da actividade mineira, nos termos a definir por Diploma Ministerial conjunto dos Ministros que superintendem as áreas das Finanças e dos Recursos Minerais.

2. Os produtos minerais comercializados ilegalmente serão apreendidos pelo Estado e revertidos a seu favor, devendo o correspondente valor ser distribuído nos termos do número anterior.

3. As multas referidas no presente artigo serão revistas periodicamente por diploma ministerial conjunto dos Ministros que superintendem as áreas das Finanças e dos Recursos Minerais.

4. Após o levantamento do auto de notícia e avaliação, pelas entidades competentes, os produtos minerais apreendidos serão entregues ao Fundo de Fomento Mineiro, devidamente selados e acompanhados por uma guia de remessa em triplicado.

Anexo I


REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DOS RECURSOS MINERAIS
(Decreto: 16/05 de 24 de Junho)

Licença de Comercialização Mineira

Licença n°. _____ / _____

Classe _____ Área de Operação _____

Nome _____
Endereço _____

Está autorizado a comercializar: _____

Taxa pagável por operador _____ Validade da licença _____

Local e data de emissão _____

O Ministro dos Recursos Minerais

Esperança Laurinda Francisco Nhivane Bias

**Termos e Condições da Licença
de Comercialização emitida nos termos
do Regulamento de Comercialização
de Produtos Minerais**

(Aprovado pelo Decreto nº 16/05, de 24 de Junho)

1. Ao abrigo da presente Licença de Comercialização, o titular ou operador de comercialização terá os seguintes direitos e obrigações:

Direitos:

- a) Realizar as actividades de comercialização de produtos minerais dentro da área de operação definida e restrita aos produtos especificados na licença;
- b) Circular com os produtos da comercialização, munido de correspondente guia de circulação;
- c) Explorar os produtos da comercialização mediante a competente licença de exploração;

Obrigações:

- a) Proceder ao registo do operador junto da instituição competente do Ministério dos Recursos Minerais, nos termos do disposto no artigo 18;
- b) Proceder ao registo dos produtos de comercialização nos termos do disposto no artigo 22 do Regulamento de Comercialização de produtos minerais;
- c) Prestar, periodicamente, informações e apresentar relatórios sobre as transacções efectuadas nos termos do disposto no artigo 27 do Regulamento de Comercialização de produtos minerais;

2. Nos termos da alínea f), do artigo 13, fica vedado aos titulares ou operadores de comercialização a realização das suas actividades nas áreas de concessão mineira, certificado mineiro ou noutras que a Ministra dos Recursos Minerais declarar restritas.

3. A presente Licença de Comercialização é válida por um período de cinco anos, estando a sua renovação sujeita ao disposto no artigo 14 do Regulamento de Comercialização de produtos minerais.

4. Às infracções cometidas no exercício da actividade de comercialização de produtos minerais, serão aplicadas as sanções previstas no Capítulo IV, sem prejuízo de quaisquer procedimentos criminais.



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

MINISTÉRIO DOS RECURSOS MINERAIS

DIRECÇÃO NACIONAL DE MINAS

Cartão de operador Nº _____

Nome do operador de comercialização _____

Documento de identificação. nº _____ válido até _____

Endereço _____

Classe da licença de comercialização _____

Área de operação _____

Validade de: ____/____/____ a ____/____/____

_____, aos ____/____/____

Assinatura e carimbo da Entidade Emissora

Verso do Anexo II

Operador registado ao abrigo da licença de comercialização nº _____ emitida aos ____/____/____, válida até ____/____/____ a favor _____

A licença abrange a comercialização dos seguintes produtos minerais: _____

Observações: _____

Anexo III

Tabela de classificação de produtos minerais**I- Minerais preciosos e semi-preciosos****1. Diamante****2. Variedades de Corindo**

1.1 Safira

1.2 Rubi

3. Variedades de Berilo

3.1 Esmeralda (verde)

3.2 Águamarinha (azul)

3.3 Morganite (rosa e incolor)

3.4 Heliodoro (amarelo)

3.5 Bixtite (vermelho salmão)

3.6 Goshenite (incolor)

4. Variedades de Turmalina

1.1 Indicolite (azul)

1.2 Rubelite (rosa e vermelho)

1.3 Verdelite (verde)

1.4 Siberite (vermelho lilás e azul violeta)

1.5 Acroite (incolor)

1.6 Dravite (amarelo acastanhado e escuro)

1.7 Schorlite (negro)

1.8 Turmalina melancia e outras turmalinas zonadas

1.9 Dumortierite (azul)

5. Variedades de Sílica

5.1 Quartzo ametista (violeta, roxo)

5.2 Quartzo róseo (rosa)

5.3 Aventurina

5.4 Quartzo citrino (amarelo)

5.5 Cristal de rocha

5.6 Quartzo fumado

5.7 Olho de gato

5.8 Olho de tigre

5.9 Opala

5.10 Jaspe verde

5.11 Jaspe vermelho

5.12 Ágata

5.13 Onix

5.14 Crisoprásio (verde)

5.15 Plasma (verde escuro)

5.16 Prasiolite (verde)

5.17 Calcedónia (de várias cores)

5.18 Sardo (calcedónia vermelha)

5.19 Cornalina

6. Variedades de granada

6.1 Piropo (vermelho)

6.2 Almandina

6.3 Espessartite

6.4 Uvarovite

6.5 Grossulária

6.6 Andradite

6.7 Hessonite

6.8 Demantóide

6.9 Tsavorite

6.10 Rodonite

7. Variedades de espodumena

7.1 Hidenite (amarelo esverdeado e verde esmeralda)

7.2 Kunzite (lilaz)

8. Variedades de feldspato

8.1 Adulária (Pedra de Lua)

8.2 Amazonite (verde)

8.3 Labradorite (azul iridiscente)

9. Outros minerais não metálicos

9.1 Sodalite (azul)

9.2 Lápis-Lazuli ou Luzulite (azul)

9.3 Fluorite (verde, roxo, amarelo, branco)

9.4 Apatite

9.5 Malaquite (verde)

9.6 Crisocola (verde)

9.7 Azurite (azul)

9.8 Cuprite (vermelho)

9.9 Epidoto (verde)

9.10 Zadeite

9.11 Lepidolite

9.12 Perlite

9.13 Obsidiana

9.14 Olivina

9.15 Distena

9.16 Andaluzite

9.17 Cordierite

9.18 Rodonite

9.19 Rodocrosite

9.20 Turqueza

9.21 Topázio

9.22 Zircão

9.23 Cassiterite

10. Minerais Metálicos

10.1 Platina

10.2 Ouro

10.3 Prata

10.4 Cobre

10.5 Hematite

II- MINERAIS INDUSTRIAIS**1. Elementos Nativos**

Platina, Ouro, Prata, Cobre, Mercúrio, Arsénio, Bismuto, Antimónio, Grafite, Enxofre e Diamante

2. Minérios de Tântalo e Nióbio

Tantalite, Microlite, Columbo-Tantalite, Mangano-Tantalite, Columbite e Pirocloro

3. Minérios de Titânio

Ilmenite, Rútilo, Leucoxema e Titanite

4. Minérios de Cobre

Calcopirite, Calcocite, Cuprite, Malaquite, Azurite e Crisocola

5. Minérios de Estanho

Cassiterite

6. Minérios de Alumínio

Bauxite, Gibbsite, Boehmite

7. Minérios de Ferro

Magnetite, Hematite, Martite, Goethite e Limonite

8. Minérios de Lítio

Lepidolite, Espodumena, Ambigonite e Petalite.

9. Minérios de Chumbo

Galena e Cerussite

10. Minérios de Manganês

Pirolusite, Psilomelano, Rodocrosite, Rodonite e Manganite

11. Minérios de Molibdénio

Molibdenite

12. Minérios de Volfrâmio

Volframite e Scheelite

13. Minérios de Zinco

Blenda e Zincite

14. Minérios de Bismuto

Bismutite

15. Minérios de Cobalto

Cobaltite e Escuterudite

16. Minérios de Crómio

Cromite e Crocoite

17. Minérios de Níquel

Garnierite, Pirrotite, Nicolite e Pentlandite

18. Minérios de Magnésio

Magnesite e Dolomite

19. Minérios de Bário

Barite

20. Minérios de Estrôncio

Estroncianite e Celestite

21. Minérios de Mercúrio

Cinábrio

22. Minérios de Antimónio

Antimonite

23. Minérios de Berílio

Bertrandite e Berilo

24. Minérios de Arsénio

Arsenopirite

25. Minérios de Cálcio

Calcite, Aragonite, Wolastonite

26. Minérios de Fósforo

Apatite e Guano

27. Minérios de Potássio**28. Minérios de Silício**

Quartzo

29. Minérios de Flúor

Fluorite

30. Outros

Dumortierite, Bentonite, Diatomite, Asbesto, Caulino, Vermiculite, Moscovite, Biotite, Halite, Zeólitos, Biotite, Argilas de Cerâmica Vermelha e Carvão Mineral

III- ROCHAS ORNAMENTAIS

1. Mármore

2. Granitos

3. Anortositos

4. Sienitos

5. Gabros

6. Serpentinóis

7. Labradoritos

8. Riólitos

9. Grés

10. Gesso

11. Dioritos

12. Quartzitos

13. Gneisses

14. Calcários

15. Dolomitos

16. Brechas

17. Dumortierite

18. Madeira Fóssil

IV- MINERAIS RADIOACTIVOS

1. Alanite

2. Autunite

3. Betafite

4. Bastnasite

5. Carnotite

6. Eudialite

7. Euxenite

8. Gadolinite

9. Meta-Torbernite

10. Monazite

11. Perovskite

12. Samarskite

13. Thorite

14. Torbernite

15. Uraninite

16. Uranofano

17. Xenotima

V - Fóssil

Todo e qualquer resto ou vestígio de animais ou vegetais de épocas passadas que aparecem conservados nas rochas cuja formação foi contemporânea deles.

VI - AMOSTRAS MUSEOLÓGICAS

Em princípio, qualquer amostra de qualquer mineral pode ser considerada “museológica”

Todos os minerais que, pelo seu interesse didáctico/científico, sejam merecedores de pertencerem a colecções públicas e privadas.

Decreto nº17/2005**de 24 de Junho**

Havendo necessidade de ajustar as funções do Fundo de Fomento Mineiro às exigências actuais da área geológico-mineira e usando da competência atribuída pela alínea f) do artigo 204 da Constituição da República, o Conselho de Ministros decreta:

Artigo 1. É aprovado o Estatuto do Fundo de Fomento Mineiro, em anexo, que constitui parte integrante do presente decreto.

Art. 2. O Fundo de Fomento Mineiro, designado abreviadamente por FFM, criado pelo Decreto nº 2/88, de 16 de Fevereiro, é uma pessoa colectiva de direito público, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa e financeira.

Art. 3. O FFM tem por atribuições:

- a) O apoio e assistência financeira de acções que visem o incremento da exploração mineira de pequena escala e artesanal e do aproveitamento e valorização dos respectivos produtos;